

SÁNCHEZ MADRID, Nuria, *A civilização como destino. Kant e as formas da reflexão*, Nefiponline, Florianópolis 2016; 288 pp.; ISBN 978-85-99608-16-6.

A civilização como destino. Kant e as formas da reflexão é um volume de uma intérprete de inegável relevância no contexto atual e internacional dedicado aos estudos Kantianos, Nuria Sánchez Madrid. Esta muito interessante e rigorosa obra da Professora da Universidade Complutense de Madrid (Espanha), e como pertinentemente nota Leonel Ribeiro dos Santos no prefácio, encontra-se inserida na recente viragem na hermenêutica kantiana, representando um novo movimento de “retorno a Kant” (p. 8). Esta, também para nós, muito pertinente viragem e de enorme fecundidade, reconhece, não só a importância das questões relativas ao conhecimento e à filosofia teórica e metafísica, mas também a extrema relevância do que poderemos denominar filosofia prática – entendida esta em sentido amplo, na qual se inserem, igualmente, a filosofia moral, a filosofia do direito e a filosofia política –, das questões relacionadas com a *Crítica do Juízo* – quer relativas à estética, quer à teleologia –, bem como das questões de carácter antropológico, ligadas ao processo de civilização e de moralização, tais como a relevância da educação do ser humano, a realização da “destinação da humanidade” como espécie humana ou o sentido da história universal num desígnio cosmopolita. Aliás, a própria introdução da obra, “Kant e a emoção transcendental”, na qual se realça a conexão entre o emocional e o transcendental, deixa antever, desde logo, o distanciamento das reflexões da autora em relação às mais habituais considerações sobre a obra kantiana.

O volume divide-se em três capítulos. O primeiro intitula-se “As formas da reflexão e a genealogia da ordem” – três ensaios, – o segundo “Paradoxos da cultura: educação, consciência e diferença sexual” – três ensaios – e, por fim, o último tem como título “Os alicerces da civilização: a sociabilidade como aprendizagem da coação” – três ensaios.

O primeiro ensaio, “A “Técnica da natureza”. A co-originariedade crítica de arte, natureza e razão”, procura essencialmente, como pertinentemente nota Márcio Suzuki no posfácio à obra, estabelecer um interessante paralelismo entre percepção musical e busca conceptual. Por outras palavras, “a meditação filosófica deixa de ser um tateio no escuro não quando se agarra precipitadamente aos primeiros conceitos que se lhe oferecem, mas quando se propõe investigar um conceito indeterminado possível, como espaço de exploração, do mesmo modo que a música sugere ao ouvinte uma ordem composicional rítmico-melódico-afetiva a partir de dada tonalidade ou tema” (pp. 265-266). Como Sánchez

Madrid realça, as funções mais íntimas do ânimo apenas se podem expressar através de uma linguagem, a saber, a linguagem musical. Desta forma, a autora partilha a proposta de F. Schlegel, nomeadamente a de recorrer à música para se poder orientar na própria elaboração do pensamento kantiano.

No segundo estudo da obra, claramente relacionado com o anterior, “Filosofia, tom e música em Kant: Vivificação sonora do ânimo e recepção do tom da razão”, a autora possui três finalidades essenciais. Num primeiro momento, Sánchez Madrid dedica-se ao estudo que a função do conceito de *tom* possui na ideia kantiana de razão. “A *Crítica* de Kant não é em absoluto indiferente ao *tom* usado no campo da filosofia, especialmente quando se tratar de discussões de natureza polémica relativas aos objetos principais da *traditio* metafísica” (p. 53). Ainda neste momento inicial, a autora estende este mesmo estudo à análise kantiana da música como arte dos sons [*Tonkunst*], tal como a *Crítica do Juízo* aponta. Uma das considerações para nós mais interessantes que Sánchez Madrid realça neste momento é a íntima relação que destaca entre a música e a própria vida. Ainda que a música não se ocupe com a figura das coisas, pois não oferece quaisquer objetos ou descrição dos mesmos, ela pode ser perspectivada como a descida mais profunda que uma arte pode almejar, “graças à sua capacidade para captar a proporção com a qual decorre a vida” (p. 64). Em segundo lugar, a autora investiga a incapacidade que a matemática possui quanto ao modo de expressão da razão e da arte dos sons, em virtude das especificidades do método filosófico e da recepção musical, respetivamente.

Um dos aspetos mais interessantes deste momento é a referência que Sánchez Madrid realiza à posição de P. Kerszberg, a qual surge para a autora como muito sugestiva. Refere-se, nomeadamente, que o matemático se encontra presente na música “só para desaparecer na metamorfose dela numa experiência anímico-corporal” (p. 70). Desta forma, ainda que a matemática possua, num determinado momento, uma proximidade intelectual com a música, na medida em que a técnica matemática visa a produção de um gozo agradável para o ouvinte, ela desaparece completamente quando o produto se encontra finalizado e se oferece à experiência sensível.

Por fim, a autora aponta para uma semelhança existente entre a música e a razão, muito embora o que as distancia, como duas maneiras contrárias de exercitação e fomento da vida e do sentimento dela. Como realça Suzuki no pós-fácio, a propósito da afinidade entre música e razão, “encontrar o *tom* correto é uma forma de *Aufklärung*, isto é, uma maneira de pensar a própria limitação e autonomia” (p. 266), recusando, assim, o tom desdenhoso de todos os que não aceitam submeter-se à crítica.

O terceiro ensaio do presente volume, “Maneira e método: Notas para uma genealogia da Crítica a partir da “Metodologia do gosto” da *Crítica do Juízo*”, procura investigar a relevância que a noção kantiana de uma doutrina do método confere às condições subjetivo-transcendentais do progresso do conhecimento, bem como à necessidade de que um conhecimento racional não o seja apenas a partir de um ponto de vista objetivo, mas, igualmente, de um ponto de vista subjetivo. A par desta questão essencial e em estreita relação com ela, Sánchez Madrid procura investigar se a arte da comunicação universal dos pensamentos, presente na “Metodologia do gosto” da terceira *Crítica*, apresenta materiais de inegável interesse para a investigação sistemática da razão. Neste terceiro ensaio, e tomando de empréstimo as palavras de Ribeiro dos Santos, encontramos face a um delineamento de um “maneirismo kantiano” que, de matriz claramente estética, surge “como um convite à livre criação no pensar, que não tem de recusar a disciplina de um método, mas, incorporando-a, está muito para além dela e que tem em conta não apenas as exigências da objetividade, mas também as que têm que ver com a condição e qualidade subjetiva do pensamento, que são mais da ordem do sentimento, e isso tanto no próprio pensador como naqueles a quem o seu pensamento é comunicado” (p. 10).

Um dos aspetos de maior interesse realçados pela autora é, por exemplo, a consideração do gosto como fenómeno social, evidenciando, desde logo, que as ações humanas respondem ao apelo de um contrato originário oriundo da própria humanidade. Desta forma, como refere Sánchez Madrid, este encontra-se relacionado com atividades que contribuem para a comunicação de sentimentos entre os indivíduos, fomentando assim a *sociabilidade* [*Geselligkeit*], como desenvolvimento de um primitivo *impulso à sociedade* [*Trieb zur Gesellschaft*]. A este respeito, a autora apresenta o exemplo de um homem abandonado numa ilha deserta, que nunca se iria adornar com flores, ou plantá-las para depois se enfeitar com elas, visto faltarem espectadores. Partindo deste exemplo, a autora apresenta uma consideração extremamente fecunda: a liberdade selvagem do homem vai-se habituando às restrições e regras características do convívio numa comunidade, distanciando-se, desta forma, das tendências de carácter egoísta e destrutivo. Tal consideração possui um alcance inegável, tal como Sánchez Madrid destaca com propriedade: “Uma sociedade que tenha sabido harmonizar as diferenças de classe através da instituição de uma cultura comum constitui, segundo Kant, o espaço mais apropriado para o surgimento de um modo de pensar metódico” (p. 106).

Uma outra consideração de inegável interesse, e para o qual, por fim, desagua o próprio ensaio, é o realce que a autora confere à íntima relação existente

entre a questão do método e o processo da educação comunitária, no que concerne aos costumes sociais, à cultura humana, assim como à harmonia político-jurídica.

O quarto estudo da obra, “Dos obstáculos da natureza aos obstáculos da razão: Uma leitura das “Preleções de pedagogia” de Kant em seis passos”, é para nós um dos mais interessantes. Segundo a autora, a *Über Pädagogik* revela “a importante função que a reflexão educativa kantiana desempenha no interior da Antropologia prática” (p. 113). Sánchez Madrid confere assim a justa relevância ao tema da educação, que partilhamos, assunto frequentemente e infelizmente considerado menor em Kant, como também Ribeiro dos Santos realça no prefácio à presente obra.

Neste ensaio, Sánchez Madrid destaca essencialmente a função da *disciplina* [*Disziplin/ Zucht*], como educação negativa, no interior do processo educativo proposto por Kant, realçando que, de um ponto de vista geral, a educação tem como finalidade “comunicar à criança a existência de regras, de modo que ela comece a agir tendo consciência da necessidade de submeter-se a uma coação que não aceita exceção nenhuma” (p. 116). Como a autora refere, a disciplina funciona em Kant como uma espécie de “dobradiça pedagógica” (p. 121), já que coloca a criança, pela primeira vez, em contacto com o *faktum* do *limite*. Tais limites são, num primeiro momento, as restrições ou limitações externas [*Schränken*] ainda incompreensíveis para o entendimento infantil, que apenas uma reflexão posterior poderá descortinar o seu alcance lógico. O objetivo principal é, deste modo, que num momento posterior o ser racional possa relevar a especificidade das normas, ao ponto de, efetivamente, *querer* obedecer-lhes, evitando assim a lógica das punições (*indoles servilis*) e recompensas (*indoles mercennaria*).

Uma das considerações mais interessantes destacadas por Sánchez Madrid é a relação que estabelece, bem na linha kantiana, entre o *cultivo* da liberdade e a função da disciplina. Esta relação surge como extraordinariamente fecunda, visto considerar o direito dos outros homens, enaltecendo, conseqüentemente, recomendações de carácter político-moral. Nomeadamente, e como a autora sugere, poder-se-á afirmar a existência de três passos essenciais. A criança deverá aprender, num primeiro momento, que pode fazer uso da sua própria liberdade sem restrição alguma, desde que esta não seja nociva quer para si própria, quer para os outros. Num segundo momento, a criança aperceber-se-á que apenas poderá cumprir os seus fins se permitir igualmente aos outros atingirem os seus. Por fim, a coação à qual se encontra submetida irá conduzi-la a um uso independente da liberdade, ou seja, a medir as suas próprias forças e a restringi-las

tendo em consideração o direito dos outros homens, o que permite antever, segundo a autora, “uma espécie de infra-estrutura da *sociedade civil*” (p. 124).

Uma outra consideração extraordinariamente relevante, por exemplo, e com a qual, aliás, Sánchez Madrid termina este seu quarto estudo, é a sugestão de uma relação entre a coação característica da disciplina e um sentimento muito caro a Kant, o sentimento de respeito. Somente com o decorrer do tempo, realça a autora, a coação, própria da disciplina, se transformará em coação lógica e moral. “E convém não esquecer que a experiência anímica do sentimento de *respeito* pertence ao tipo de coação mencionado em último lugar” (p. 138).

O quinto estudo do volume, “Razão, consciência e ficção: J.-J. Rousseau nas *Vorlesungen über Anthropologie* de I. Kant” visa essencialmente, como o título sugere, estabelecer um paralelismo entre Rousseau e Kant, procurando determinar, nomeadamente, se a poética existencial dos escritos de Rousseau encontra alguma correspondência na presença reguladora da razão, evidente na obra antropológica kantiana (especialmente nas *Lições de Antropologia*) e nos escritos jurídico-políticos do filósofo de Königsberg. O ensaio possui três finalidades fundamentais. Num primeiro momento, Sánchez Madrid detém a sua atenção na génese da questão do “carácter do homem”, na antropologia kantiana, interpretando-a à luz da descoberta de um carácter paradoxal da natureza humana, relacionado com as suas disposições física, cultural e moral, que a obra de Rousseau evidencia. No momento seguinte, Sánchez Madrid investiga a função que a ficção desempenha como origem da sociedade civil em ambos os pensadores, assim como para o facto do “estado de natureza” surgir como critério do progresso histórico-político da espécie humana. Por fim, a autora realça em Rousseau e em Kant a presença de estratégias de resistência da razão em relação aos desajustes e comoções políticas, aos quais o desenvolvimento autónomo da vida social se pode encontrar conectado. Como a Professora da Universidade Complutense de Madrid refere, “Kant e Rousseau concordam sem reservas (...) no que diz respeito ao que poderíamos obter licença para chamar de “imperativo de sociabilidade submetida ao direito”, pois o regime de igualdade jurídica de todos os homens perante a lei seria a única maneira segundo ambos de evitar que a violência e o abuso que uns homens exerceriam com respeito a outros consiga uma legitimação institucional” (p. 155). Nesta linha, o presente ensaio termina apontando para a necessidade que a razão e a noção de justiça distributiva possuem no que concerne à posse de uma direção e controlo constantes da vida social, não beliscando, porém, a interação humana, na qual os homens se reconhecem reciprocamente.

No sexto estudo da obra, “Corpo, desejo e razão: A sedução como arte de dominação na Antropologia de Kant”, cujo tema tem tanto de inesperado, como, por vezes, de incómodo ao intérprete, a autora investiga, como o próprio título sugere, questões relacionadas com o corpo, com a diferença de género, com a mulher, com o feminino, questões que, tal como Ribeiro dos Santos menciona no prefácio, vêm assumindo recentemente importância em alguma exegese kantiana, nomeadamente em virtude do relevo que já possuem na filosofia. Ao invés de enveredar pela realização de uma abordagem descontextualizada, visando a condenação de preconceitos ou incoerências entre os princípios e a sua aplicação, Sánchez Madrid, como bem realça, ainda, Ribeiro dos Santos, “aborda esses temas tendo em conta por certo o debate atual entre kantianos e kantianas, mas sobretudo procedendo a uma diligente e subtil exegese dos próprios textos relevantes do filósofo (...), mostrando a densidade que está por detrás das formulações kantianas, cujo sentido e pertinência se perdem quando essas formulações são tiradas de contexto” (p. 16).

Um dos aspetos para nós mais interessantes realçados pela autora neste seu estudo é a consideração kantiana da relação entre uma mulher e o seu marido, assumindo-se esta como semelhante àquela que um monarca algo caprichoso mantém com o seu ministro, sempre preocupado em concretizar os desejos do seu chefe, ainda que, igualmente, procurando dissuadi-lo da realização de desejos impossíveis, evidenciando, desta forma, a importância que a mediação assume entre os sexos.

O sétimo ensaio do presente volume intitula-se “A normatividade pragmática na Antropologia de Kant”. Este estudo que, para nós, surge, sem dúvida, como um dos mais interessantes e fecundos, ressalta sobretudo a relevância das lições de antropologia que Kant lecionou por mais de duas décadas, ainda que com a advertência da necessidade de uma avaliação cuidadosa de tais materiais. Seguindo outras vozes autorizadas, também para Sánchez Madrid é necessário considerar estes materiais sempre subordinados às teses essenciais das obras efetivamente publicadas. Feita esta importante advertência inicial, Sánchez Madrid procura esclarecer no presente ensaio três tópicos essenciais das referidas lições. O primeiro concerne à relação entre o conhecimento antropológico e a doutrina moral kantiana. Num segundo momento, a autora procura reconstruir a unidade dos materiais dispersos referentes à prudência mundana, que, muito embora não satisfaçam as exigências gerais de uma ciência, revelam-se suficientes, contudo, para guiar as ações de um homem no mundo. Por fim, Sánchez Madrid explora os traços empíricos do conhecimento do ser humano, nomeadamente, a forma como contribuem para uma investigação relativa ao

carácter da própria espécie humana. Uma das considerações mais interessantes da autora é a sua chamada de atenção para a relevância da antropologia, e também, conseqüentemente, a sugestão de distanciamento de uma compreensão estreita de escritos práticos menores de Kant. Afastando-se de intérpretes como Paton e Gregor, Sánchez Madrid revê-se em autores como Louden – para quem o ser humano, sem a antropologia moral, seria um viajante sem um mapa, desconhecendo qual a sua própria destinação, bem como os meios para a atingir –, W. Stark – que considera a antropologia como parte integrante da filosofia kantiana, não devendo ser considerada um mero apêndice do sistema –, ou Alix A. Cohen – para quem a antropologia seria como um aparelho GPS dos nossos dias, capaz de indicar ao sujeito o caminho que conduz ao seu destino, à sua destinação moral. Também para Sánchez Madrid a antropologia assume capital relevância, possuindo uma utilidade indubitável, nomeadamente quanto à aplicação da filosofia prática, podendo a antropologia ser considerada, pelo menos, uma parte importante da denominada *philosophia moralis applicata*. Mais à frente, a autora avança com uma outra consideração extremamente interessante, que é a de que, se tivermos conhecimento da forma como o mundo funciona, evitamos cair numa excessiva abstração no reino moral, facilitando a aplicação da lei moral num espaço constituído por crenças e expectativas humanas. Refira-se, como a autora o faz, que a antropologia não deve ser entendida como local, mas geral, ligada ao conhecimento do ser humano como cidadão do mundo, possuindo, desta forma, um propósito cosmopolita.

Outras considerações extraordinariamente interessantes são apresentadas por Sánchez Madrid no decorrer do presente ensaio. Uma delas refere-se ao destaque conferido às observações antropológicas kantianas no que concerne ao trânsito do processo de civilização ao de moralização. A autora realça que “as lições de antropologia oferecem um suplemento essencial para o desenvolvimento da teoria kantiana sobre a dimensão antropológica da moral” (p. 212). Neste contexto, a autora realça a capacidade humana para dissimular as suas próprias intenções e desejos, possuindo esta capacidade, quase inesperadamente, um carácter positivo extremamente importante, que Sánchez Madrid ressalta com mestria: “Kant declara que em certa medida a adoção exterior das características de um carácter moral com o intuito de atingir uma maior apreciação social contribui para preencher as falhas da natureza humana e, assim, facilita a assunção de um verdadeiro carácter moral” (p. 212). Esta ocultação dos nossos pensamentos íntimos, recorrendo a uma “aparência exterior” dos mais prezados valores sociais, abre, porém, “um caminho de esperança para um cumprimento oblíquo dos fins da destinação humana” (p. 211). É por esta mesma

razão, como Ribeiro dos Santos refere no prefácio ao presente volume, que se poderá afirmar que a dissimulação representa, apesar de tudo, uma verdadeira homenagem à moral: “a dissimulação e máscara social que usamos nas nossas relações, o jogo das aparências ou a simulação de bons sentimentos, que, todavia, não possuímos realmente, representam uma efetiva homenagem à moral, revelando-se (...) o sábio aproveitamento que o filósofo [Kant] sabe extrair, daquilo que parece ser apenas negativo, para a realização dos superiores fins da razão” (pp. 16-17).

O oitavo ensaio do presente volume surge como uma continuação do anterior e é para nós, quiçá, o mais interessante da obra. Este capítulo, “*Decorum* e sociedade civil: Kant em diálogo com B. Gracián e Chr. Thomasius”, explora, também ele, e de forma extremamente rica e interessante, a questão das boas maneiras, da polidez ou urbanidade no mapa do pensamento prático kantiano. Sánchez Madrid concentra a sua atenção no processo de apropriação indireta de uma fonte barroca por parte da normatividade prática kantiana. Segundo a autora, o recurso às aparências une as posições de Thomasius e Kant com a de Gracián, ainda que o uso que os primeiros conferem às boas maneiras resulte em conclusões diversas das do último.

A autora tem como ponto de partida a função benéfica que a ocultação dos próprios sentimentos face aos outros homens possui em Kant, tal como é notória já na sua primeira *Crítica*, nomeadamente numa interessantíssima passagem da “Metodologia da razão pura”, que, por essa mesma razão, merece aqui a sua transcrição, tal como a mereceu no próprio volume de Sánchez Madrid (p. 219): “Há na natureza humana uma certa insinceridade que, no fim de contas, como tudo o que vem da natureza, deve conter uma disposição para bons fins. Quero referir-me à inclinação que temos para esconder os verdadeiros sentimentos e manifestar certos outros, considerados bons e honrosos. É muito certo que os homens, por esta inclinação tanto para ocultar os sentimentos como para tomar uma aparência que lhes seja vantajosa, não só se *civilizam*, como pouco a pouco, em certa medida, se *moralizam*, pois não podendo ninguém penetrar através do disfarce da decência, da honorabilidade e da moralidade, encontra cada qual nos pretensos bons exemplos, que vê à sua volta, uma escola de aperfeiçoamento para si próprio. Simplesmente, essa disposição para se fazer passar por melhor do que se é, e a exteriorizar sentimentos que não se possuem, serve apenas *provisoriamente* para despojar os homens da sua rudeza e fazer-lhes tomar, pelo menos ao princípio, as *maneiras* do bem que conhece” (KrV, A 748/B 776).

Ainda que, num primeiro momento, e como Sánchez Madrid realça, o ser humano adote nada mais do que uma bela aparência semelhante à virtude, e

aqui encontramos-nos face a algo de carácter meramente estético, num segundo momento é visada, por fim, a verdadeira realização da moral. Desta forma, a afa-bilidade [*Gesprächigkeit*], a urbanidade [*Höflichkeit*], a delicadeza [*Gelindigkeit*] ou a hospitalidade [*Gastfreiheit*], muito embora representem apenas uma “bela aparência estético-moral” (p. 222), fazem parte, porém, de uma espécie de “retórica social” (p. 221), pois proporcionam uma útil aparência de retribuição entre os membros que constituem uma comunidade civil. Com esta “máscara social”, tão repudiada por Rousseau, os indivíduos encontram-se apetrechados por uma espécie de “segunda natureza”, que, muito embora maioritariamente constituída por bens que poderemos considerar indiferentes de um ponto de vista moral, na linha de Thomasius, e como Sánchez Madrid destaca, servem de transição para o horizonte de uma moralização completa e satisfatória da humanidade. “Não teria sentido nenhum, portanto, condenar sem restrições o jogo pragmático que ensina os homens a mostrar um respeito recíproco, ainda que eles não tenham adotado ainda [palavra-chave, na nossa perspetiva] as máximas correspondentes ao fomento da dignidade que todos sem exceção merecem como seres racionais” (p. 223). Um outro aspeto extraordinariamente fecundo evidenciado por Sánchez Madrid neste contexto, por exemplo, é a referência de que quem possui a intenção de obter um reconhecimento por parte dos outros, conseguiu desenvolver uma importante capacidade, detentora, segundo pensamos, de um enorme potencial moral, que é a de se colocar no lugar do outro (lembremo-nos, por exemplo, do conceito kantiano de consciência moral).

Uma outra consideração extremamente rica que a autora apresenta neste ensaio é a relação que estabelece entre o gosto e o *decorum*, apontando para a sua forte conexão com a moralidade, especialmente no que à tendência humana à sociabilidade concerne, bem como, conseqüentemente, à própria determinação final da razão prática: “as regras do gosto social ligadas ao *decorum* forneceriam uma transição até um modo de relação baseado na moral, de maneira que o disfarce fomentado pela normatividade pragmática estaria submetido em todo o momento à determinação final da razão prática” (p. 236).

Por último, Sánchez Madrid destaca igualmente a relação existente entre a teoria do *decorum* e a prudência. A prudência surge como uma arte complementar à sabedoria, pois, enquanto a primeira reconhece os obstáculos que o estabelecimento do bem encontra no nosso mundo, a última apenas se centra na própria natureza do bem. Por esse motivo – aspeto extraordinariamente interessante registado pela autora – o *decorum* diz respeito a “uma doutrina do bem não abstrato, mas do bem realizável no mundo, tendo em conta os obstáculos que a natureza humana pode opor ao progresso dessa obra. Apesar de a

prudência disponibilizar os meios mais adequados para atingir os seus propósitos, a sabedoria, como conhecimento dos fins adequados, precede na ordem dos princípios à doutrina da prudência” (p. 235). Em conclusão ao presente estudo, a autora refere que, confrontando a função e o destino do *decorum* em Kant e em Thomasius, poder-se-á encontrar uma recuperação da arte da prudência de Gracián, muito embora se registre uma superação da determinação dessa arte, visto a prudência representar para o último a única destinação que o homem poderá atingir. Desta forma, conclui pertinentemente a autora: “a leitura que a *Aufklärung* alemã fez da obra de B. Gracián coloca a prudência como um saber intermédio entre uma rudeza que é saudável abandonar e uma sabedoria moral que deve ser alcançada de maneira incondicional” (p. 236).

O nono ensaio do presente volume, “Kant e Freud sobre os fundamentos da obediência”, procura, de forma simultaneamente interessante e inesperada, relacionar estes dois autores, colocando em evidência, como bem nota Ribeiro dos Santos no prefácio da obra, as “afinidades estruturais” entre eles, por muito distantes que estes possam parecer. Segundo Sánchez Madrid, como realça logo no começo do presente trabalho, poder-se-á afirmar que o processo de formação do *superego* freudiano, na medida em que “exerce autoridade sobre as ações do sujeito, apresenta algumas semelhanças estruturais com dois contextos da obra de Kant” (p. 237). Como a autora refere, parece legítimo relacionar a discussão kantiana da lei moral com a génese freudiana do *sentimento de culpa*. Tal relação poder-se-á realizar, como sugerido, em estreita ligação com duas considerações kantianas essenciais. Em primeiro lugar, com a metáfora linguística (tomando de empréstimo o sentido deste termo tal como ele é usado na “economia poética” da obra kantiana, como foi proposta, em 1994, por Ribeiro dos Santos) da *voz interior* ao homem, e, em segundo lugar, com a *humilhação da sensibilidade* humana em favor de uma fonte de carácter racional de motivação prática. Uma das considerações mais interessantes no presente ensaio é para nós, neste contexto, a comparação que a autora estabelece entre a investigação kantiana do sentimento de respeito, tendo como base o capítulo “Dos móveis da razão pura prática”, da *Crítica da razão prática*, e o *superego* freudiano. “Que o primeiro efeito do encontro entre o ânimo e a lei moral seja uma humilhação mantém certa proximidade com a descrição freudiana da função desempenhada pelo *superego*” (p. 255). O que surge como transversal a todo este fecundo ensaio é a chamada de atenção de Sánchez Madrid para o facto de que para ambos os autores, e tomando de empréstimo as palavras esclarecedoras de Ribeiro dos Santos no prefácio da obra, o processo de civilização e de moralização humana é, de facto, “um processo de coerções progressivamente interio-

rizadas, e o homem é efetivamente, como o descreveu Kant, “um animal que precisa de um senhor”, quer este esteja fora dele ou venha por fim a ser assumido dentro dele pela sua consciência moral, como instância que o impeça de manifestar os seus impulsos destrutivos seja sobre os outros, seja também sobre ele próprio, impedindo-o de realizar a sua humanidade” (p. 17).

Em resumo, o leitor de *A civilização como destino. Kant e as formas da reflexão*, de Nuria Sánchez Madrid, encontra nestas páginas uma muito fecunda e rigorosa investigação sobre a obra do filósofo de Königsberg, à luz da recente e extraordinariamente pertinente viragem na hermenêutica kantiana.

Uma das características mais interessantes do presente volume, que se constitui claramente como uma das suas mais evidentes qualidades, como também realça Ribeiro dos Santos no prefácio, é a consideração, extremamente rigorosa, de todo o *corpus* kantiano disponível, quer nos estejamos a referir às obras publicadas em vida do filósofo, quer ao seu espólio constituído por várias reflexões, ou até mesmo aos cursos universitários lecionados por Kant e chegados até nós por alguns dos seus alunos. Um outro aspeto particularmente digno de interesse é o facto dos vários ensaios que constituem a obra, e como a própria autora aponta na introdução, não pertencerem exclusivamente ao campo da filosofia prática, encontrando-se, em contrapartida, “no quadrívio em que se cruzam os caminhos da antropologia, da filosofia moral, da filosofia da história e da estética” (pp. 21-22), representando esse conjunto, no entender da autora como também do nosso, a única imagem do ser humano que Kant, quiçá, aceitaria.

Por fim, e a par do extremo rigor científico que caracteriza toda a obra, o leitor do presente volume depara-se, como também nota Ribeiro dos Santos, não tanto com a consideração da filosofia como mera habilidade de análise de conceitos, como tantas vezes é apresentada, mas como algo bem mais elevado, diríamos, e com o qual nos identificamos. Aqui encontramos-nos face à filosofia perspectivada como “sabedoria mundana” [*Weltweisheit*], relacionada intimamente com o nosso próprio destino.

Cláudia Fidalgo da Silva
(Investigadora do Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras
da Universidade do Porto;
Via Panorâmica s/n, 4150-564 Porto)